



Universidade de Brasília

Faculdade de Administração,
Contabilidade, Economia e Gestão de
Políticas Públicas - FACE.

Departamento de Economia

O MILAGRE ECONÔMICO BRASILEIRO E A ARMADILHA DA RENDA MÉDIA

Davi Rezende Gomes

Brasília, DF
2021



Universidade de Brasília

Faculdade de Administração,
Contabilidade, Economia e Gestão de
Políticas Públicas - FACE.

Departamento de Economia

O MILAGRE ECONÔMICO BRASILEIRO E A ARMADILHA DA RENDA MÉDIA

Davi Rezende Gomes

Professora-Orientadora: Andrea Felipe Cabello

Monografia de conclusão de
curso de Bacharel em Ciências
Econômicas. Universidade de
Brasília – UnB

Brasília, DF
2021

Dedico este trabalho a todos aqueles que de alguma maneira me apoiaram e ajudaram durante a minha trajetória acadêmica. Muito obrigado.

SUMÁRIO

Crescimento Econômico	5
1.1. Teoria do Crescimento Econômico	5
1.2. Armadilha da Renda Média	8
1.2.1. Armadilha da Renda Média: América Latina	9
O Brasil e o “Milagre Econômico”	12
2.1. Os Antecedentes do Milagre:	13
2.2. O Período do Milagre	14
2.3. Os Indícios de um Fracasso	15
2.4 O II PND	16
Dos Anos 1980 a 1990: a Inflação e a Recessão	18
3.1. As Medidas de Controle à Hiperinflação	20
A Estagnação Brasileira e o Mundo	23
4.1. O Sucesso Asiático	25
4.2. As Grandes Nações	26
4. 2. 1. A China	26
4.2.2. A Índia	27
5. Conclusão	29
Referências Bibliográficas:	30

1. Crescimento Econômico

A América Latina ao longo do século XX sofreu com altos e baixos em seu crescimento econômico. Períodos prósperos e períodos de estagnação marcaram a economia da região, enquanto no Sudeste Asiático a prosperidade econômica foi responsável por um crescimento que levou a região a patamares extraordinários, elevando a renda per capita da população e o IDH dos países.

Ao analisar as duas realidades, fica o questionamento de porque economias de um lado cresceram tanto e continuam crescendo e outras pararam de crescer. E mais especificamente, por que o Brasil cresceu durante os anos 1960 e 1970, tendo uma estagnação em seguida. Quais os problemas que levaram o país a estagnar sua economia, sair com uma dívida tão alta, que culminou inclusive em hiperinflação.

Para entender como o crescimento econômico dos países se dá, economistas vêm ao longo dos anos desenvolvendo modelos e teorias. Apesar de não serem fórmulas mágicas que explicam o funcionamento de todas as economias do mundo, são muito importantes para entender alguns casos e desenvolver um empirismo, que associa a teoria com os casos práticos.

1.1. Teoria do Crescimento Econômico

O economista Evsey Domar foi um importante economista para os estudos do crescimento econômico, todavia seu modelo econômico simplista aplicou-se apenas a economias pobres as quais não possuíam um parque industrial desenvolvido. Esse tipo de economia estudada por ele revela que pequenos incentivos ao investimento trazem grandes retornos ao PIB, porém conforme elas tendem a se desenvolver, o montante de investimento necessário para manter o crescimento econômico é muito maior. (EASTERLY, 2004, cap.2)

“A abordagem de Domar do crescimento tornou-se popular porque tinha uma previsão maravilhosamente simples: *o crescimento do PIB será proporcional à parcela de gastos com investimentos no PIB*” (EASTERLY, 2004, cap.2)

A teoria de Domar pode ser comparada a de Arthur Lewis, o qual afirmava que o desenvolvimento econômico dos países dar-se-ia apenas com o aumento de capital (maquinário), levando em conta que não haveria uma escassez de mão-de-obra. Essa visão parecia muito correta para o momento que foi escrita - industrialização da União Soviética e Grande Depressão -, em que havia uma grande parcela de mão-de-obra desempregada e uma população gigantesca disposta a sair do campo e ir para as cidades. Além do mais, essa teoria do Lewis afirmava que o parque industrial seria capaz de absorver a mão-de-obra proveniente do campo sem causar redução da produção rural, contudo não foi levado em conta que em determinado momento não haveria mais pessoas dispostas a saírem do campo, diminuindo a oferta de mão de obra, conseqüentemente aumentando a competitividade dos salários na cidade, causando uma elevação dos salários. (EASTERLY, 2004, cap.2)

Em outro viés, Robert Solow, em sua teoria desenvolvida entre os anos de 1956 e 1957, afirma que investimento não é a chave do crescimento, pois investir em máquinas na produção faz com que se chegue a um ponto que cada trabalhador opera diversas máquinas, levando a um rendimento por máquina decrescente, se tornando assim ineficiente a longo prazo. (EASTERLY, 2004, cap.3)

Solow em sua obra também argumenta que poupança não assegura crescimento a longo prazo, pois poupança nada mais é do que abdicar do consumo presente em prol de um consumo futuro, e as máquinas não são capazes de garantir consumo no longo prazo. (EASTERLY, 2004, cap.3)

“Logo, as economias altamente poupadoras não alcançariam um nível mais alto de crescimento sustentado que uma economia de baixa poupança. Em ambos os casos o crescimento cairia para zero à medida que se estabelecesse um inevitável rendimento decrescente.” (Easterly, 2004, cap.3)

Para Solow, o crescimento econômico está intrinsecamente ligado ao progresso tecnológico. A produtividade de uma firma aumenta, dado que

mão-de-obra é fixa, conforme há um desenvolvimento nos processos de produção delas, dessa maneira uma máquina mais moderna ou uma técnica mais aprimorada faz com que apenas um trabalhador produza mais, sem que isso provoque um rendimento decrescente. (EASTERLY, 2004, cap.3)

Ao levar em consideração idênticas taxas de poupança, crescimento da população, depreciação e mudança tecnológica, Solow conclui que países mais pobres irão crescer mais que países mais ricos durante um certo período de tempo, pois o incentivo é mais significativo em situações em que a produtividade e industrialização é zero ou quase zero. Entretanto, após atingirem determinado nível de desenvolvimento, esses tendem a chegar ao estado estacionário. (SONAGLIO et al., 2017)

Para o economista Paul Romer (1994), o crescimento econômico dos países é endógeno, ou seja, depende de comportamentos internos a favor da economia para que seja possível manter o crescimento econômico de um país. Além disso, ele também argumenta da importância e do impacto das externalidades positivas e negativas sobre uma economia. Para Romer (1994), acontecimentos externos a um fator econômico que podem parecer não ter relação alguma um com o outro, podem ser a peça chave para o melhor desempenho de uma firma. Um exemplo para isso, pode-se pensar em uma firma a qual polui um rio com seus dejetos ali despejados, que acabam por prejudicar um ecossistema, matando os peixes e prejudicando a comunidade ribeirinha que tem a pesca como sua principal fonte de renda.

A partir disso, desenvolveu-se o modelo AK, baseado também nos estudos de Romer (1994), e desenvolvido da obra de Jones (1997). Esse modelo leva em consideração uma taxa de poupança com crescimento constante. Nesse modelo, não é considerada a possibilidade de retornos decrescentes de escala, e isso se dá com justificativas de que há transbordamento positivo de investimento para toda a economia (externalidades positivas). O que Romer (1994) concluiu com seu trabalho é que, ao longo prazo, taxas de investimentos e políticas governamentais não implicarão no crescimento econômico.

1.2. Armadilha da Renda Média

Através de estudos empíricos, verificando resultados semelhantes no desenvolvimento econômico dos países, e também influenciado pela teoria de Solow, o Banco Mundial criou o conceito de Armadilha da Renda Média. Esse conceito trata-se de uma teoria que diz que os países tendem a se desenvolver até atingirem uma renda média, e após isso os incentivos necessários para que o crescimento continue nas mesmas taxas sejam maiores, e isso pode ser muito difícil para os países, o que faz com que eles fiquem “estacionados”. (SONAGLIO et al., 2017)

Os economistas Im e Roseblatt definem os países de renda média como aqueles que possuem um diversificado setor produtivo, entretanto não são capazes de ultrapassar a barreira tecnológica, fazendo com que fiquem com sua economia estagnada. (SONAGLIO et al., 2017)

“Ademais, em geral, esses países obtiveram em algum período de tempo progressos substanciais em termos econômicos e sociais que, se por um lado permitiram alcançar algumas das características dos países desenvolvidos, por outro, foram incapazes de superar certos condicionantes do subdesenvolvimento.” (SONAGLIO et al., 2017)

O Banco Mundial classifica as economias baseando-se na média das rendas per capita. Sendo assim, economias de renda alta são aquelas que a renda per capita está acima de US \$12.616; renda média são as que possuem renda per capita entre US \$1.036 a US \$12.615, e as de renda baixa são as rendas per capita menores US \$1.035. (SONAGLIO et al., 2017)

As economias de renda média tem muitos problemas em continuar crescendo, pois se torna cada vez mais difícil expandir sua exportação de bens e serviços, sendo assim há uma necessidade de inovação tecnológica capaz de melhorar a qualidade e a competitividade dos produtos. (SONAGLIO et al., 2017)

“Analisando pela demanda, o que a literatura tem destacado é que depois de atingido os níveis de renda média, as exportações tradicionais (intensivas em trabalho e com baixo valor agregado) não podem ser expandidas na mesma velocidade, porque os salários são mais elevados e a competitividade de custos declinantes. Assim, o crescimento das

exportações passa a depender de novos processos e de novos mercados.”
(SONAGLIO et al., 2017)

Outro ponto a ser analisado na armadilha da renda média se dá quando há o esgotamento da mão de obra que estava migrando do campo para a cidade, aquela mão de obra que antes parecia infinita, torna-se escassa, pois há cada vez menos pessoas dispostas a migrarem. Sendo assim há uma redução de oferta dessa mão de obra, o que faz com que os salários aumentem devido à essa escassez. (SONAGLIO et al., 2017)

1.2.1. Armadilha da Renda Média: América Latina

A armadilha da renda média foi e é um grande problema para diversos países ao redor do mundo. Entretanto, algumas economias conseguiram fugir dela, como é o caso das asiáticas, enquanto as economias latino-americanas ficaram presas nelas e se esforçam para conseguir sair desse estado. Um dos motivos para isso foi justamente causado pelo progresso tecnológico. As economias asiáticas, a partir dos anos 1990, começaram a expandir a exportação de bens de alta tecnologia, o que mostra que a economia desses países vem se modernizando e tornando-se mais competitiva, o oposto dos países latinos. Além disso, ao analisar o índice de Gini e comparar América Latina com o leste asiático, percebe-se que há uma maior concentração de renda na América Latina, enquanto o leste asiático conta com uma maior igualdade de renda. (GONÇALVES et al, 2008)

“As economias asiáticas vêm apresentando um desempenho econômico muito superior ao das economias latino-americanas. Além disso, pode-se perceber que estas economias aparentam estar mais integradas às novas mudanças internacionais o que se pode notar através do nível de abertura e comércio destas economias. No que se refere à concentração de renda e combate à pobreza, esses países também apresentam resultados melhores.” (GONÇALVES et al, 2008)

Os países latino americanos vêm sofrendo muito com a instabilidade do crescimento econômico, pois não houve uma transição adequada do modelo agroexportador para o modelo industrializado, o que causou problemas de distribuição de renda, além também da falta de proteção para os pequenos

empreendedores, que não possuem uma base de apoio favorável para seu crescimento e sustentação. (GONÇALVES et al, 2008)

As economias latino americanas também são muito dependentes dos países desenvolvidos, por conta do colonialismo que sofreram no passado, o que dificulta também seu crescimento econômico, pois a economia, política, cultura e até mesmo questões militares ainda tem traços e vínculos com as antigas colônias. (GONÇALVES et al, 2008)

Diante de um cenário comparativo entre países latino americanos e asiáticos, percebe-se que há uma necessidade de inovação nesses países, capaz de aumentar a competitividade de seus produtos e, conseqüentemente, expandir a exportação. Para que isso ocorra, é necessário que haja um acúmulo de capital. O país precisa primeiramente começar o processo de industrialização, mesmo que com métodos não tão modernos, e, a partir disso, começar a inovar a produção em seu parque industrial com novas técnicas de produção e processos. (SONAGLIO et al., 2017)

“Assim, a mudança estrutural é amplamente baseada na interação das habilidades sociais e no aprendizado das firmas. A capacidade de manter processos de aprendizagem tornou-se um fator de sobrevivência, dada a intensa relação entre conhecimento, aprendizado e inovação”. (SONAGLIO et al., 2017)

A América Latina, antes de cair no processo da armadilha da renda média, passou por um período de desenvolvimento ótimo, como era de se esperar. Após a Segunda Guerra Mundial, durante os anos 1950, a região passou por um processo de substituir as importações e começar a produzir internamente. Durante esse período, os Estados Unidos entraram na América Latina com diversos investimentos, fazendo com que esses países começassem a copiar o estilo de produção do país norte americano. (UNGER, 1977)

Durante a década de 1940, os países latino americano contavam com aspectos favoráveis ao seu desenvolvimento. Eles possuíam uma rede de infraestrutura capaz de sanar as necessidades de um país no começo de uma industrialização, uma capacidade produtiva de bens primários capaz de abastecer a subsistência do país, e “uma concentração de renda desproporcional que

configurava uma estrutura de demanda de importações na qual os bens manufaturados ocupavam o potencial por excelência”. (UNGER, 1977)

Foi assim que os países já industrializados, que haviam passado por duas guerras mundiais e uma grande crise na econômica em 1929, viram a oportunidade de explorarem os países latino americanos, que possuíam mão de obra barata disponível, grande mercado consumidor, e disponibilidade de infraestrutura para instalação de indústrias. (UNGER, 1977)

A partir de então, a América Latina se desenvolveu de maneira notável, com crescimento anual de 5,8% entre os anos de 1950 e 1980 e crescimento do PIB *per capita* de 3% ao ano. Entretanto, a partir dos anos 1980 a taxa de crescimento da América Latina caiu para 1,4% ao ano, o que levou inclusive a que diversos países tivessem seu PIB com números menores do que dos anos imediatamente anteriores aos anos 1980. Outro ponto, que levou ao colapso da economia da América Latina, foi o rápido crescimento dos países do leste asiático, que diferentemente dos países da América Latina, não impunha barreiras comerciais e tinha pouca intervenção governamental. (CARDOSO et al., 1990)

Já no fim dos anos 1960, o modelo de industrialização em substituição de importação (ISI) já começa a dar sinais de esgotamento. Com a crise do petróleo de 1973, causando uma inflação, e diante de uma estagnação do crescimento, houve um aumento ainda maior nas críticas ao modelo de ISI. (Reinhardt et al, 2000)

“The experiments in Argentina and Uruguay were of short duration and ended in the debt crisis of the early 1980s with poor results. The results in the first decade of the Chilean reforms were also not encouraging, with a sharp recession in the mid-1970s, followed by growth in the late 1970s characterized by increasing overvaluation of the currency and culminating in collapse in 1982. It was not until the mid- 1980s, following a moderation of the reforms (greater government involvement in the financial sector, temporary increases in tariffs, greater government promotion of export sectors) and a recovery of copper prices, that Chile emerged as the growth leader in the region. In this decade, other countries in the region were continuing to experiment with a variety of orthodox and heterodox reforms in an attempt to recover from the destabilizing effects of the debt crisis.” (Reinhardt et al, 2000)

A inflação e crise econômica sofrida pela América Latina nos anos 1980 são resultado de políticas econômicas incoerentes e gastos excessivos dos governos em prol de um crescimento insustentável. A inflação fez com que houvesse uma diminuição na taxa de juros e conseqüente uma redução da poupança privada. Nesse cenário, era impraticável a sobrevivência das indústrias, que passaram a contar apenas com subsídios e protecionismo, inviabilizando assim a competição com mercados estrangeiros. (REINHARDT et al, 2000)

O país da região com maior destaque para o crescimento econômico nesse período de crescimento por conta da ISI foi o Brasil, que aumentou sua participação no PIB de menos de um quarto, para mais de um terço do total da região, porém também veio a sofrer com a crise do petróleo e com a armadilha da renda média que resultou numa crise econômica nos anos de 1980. (CARDOSO et al., 1990) Nesse período, houve também o aumento da dívida externa devido aos empréstimos para financiar a ISI, e o que se achava que era um milagre, na verdade era a contração de uma dívida que seria difícil de se pagar.

2. O Brasil e o “Milagre Econômico”

O Brasil entre os anos de 1964 e 1985 foi governado por militares, que, entre repressões e silenciamentos dos movimentos contrários a eles, durante um período ditatorial e não democrático, tentaram em alguns momentos por em prática políticas econômicas que trouxessem um crescimento e desenvolvimento econômico positivo ao país. (FICO, 2004)

O período do milagre econômico brasileiro ficou compreendido entre os anos de 1968 e 1973. Esse momento contou com taxas de crescimento médio do Produto Interno Bruto (PIB) de 11,1% ao ano, baixa inflação, e superávits na balança de pagamentos. O período em questão, por si só, não se explica. Houve medidas de governos anteriores que contribuíram para que durante esses 5 anos o Brasil crescesse de maneira extraordinária. (VELOSO et al, 2008)

2.1. Os Antecedentes do Milagre:

O PAEG (Programa de Ação Econômica do Governo) durante a gestão de Castello Branco (1964-1967), foi uma dessas medidas. Implementada logo no primeiro ano do Governo Militar, logo após o golpe que destituiu João Goulart, o PAEG buscou solucionar os problemas de inflação, causados por déficit público, promover expansão de crédito às empresas e aumentos salariais associados à produtividade. O programa, então, colocou em prática medidas tais quais ajustes de contas públicas, reforma tributária, que aumentou os impostos, além de abrir a economia para o exterior. (VELOSO et al, 2008)

Com a medida de reforma fiscal e tributária, o PAEG reduziu os déficits fiscais, o que ajudou na diminuição da inflação e aumento da poupança do governo, que serviu para aumentar os investimentos públicos e conseqüentemente o crescimento econômico. Houve também a criação do ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadoria), que substituiu o imposto estadual sobre vendas e outras medidas que evitassem o imposto cascata. Essas medidas foram favoráveis no aumento da arrecadação do governo. (VELOSO et al, 2008)

Houve também a reforma no sistema financeiro, que criou o Banco Central, e o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), que por ser uma poupança compulsória, tornou-se uma fonte de recursos para o governo, houve a criação do Sistema Financeiro de Habitação, associado a outras instituições, financeiras ou não financeiras, com intuito de facilitar o acesso ao crédito imobiliário a população. (VELOSO et al, 2008)

No campo da abertura econômica, houve uma simplificação do sistema cambial, renegociação da dívida externa, isenção de impostos sobre exportações de produtos industrializados e sobre a renda dessas exportações, dentre outras. (VELOSO et al, 2008)

As reformas do PAEG, apesar de suas controvérsias, propiciaram um cenário positivo para o período subsequente.

“Esses resultados, combinados com os obtidos para o painel de seis anos, são consistentes com a hipótese de que no período 1964-1967 se "plantou muito para colher pouco", em razão da necessidade de se corrigir os desequilíbrios macroeconômicos e os entraves institucionais herdados do Governo João Goulart. Por outro lado, a política de estabilização e as reformas do PAEG criaram as condições para a aceleração do crescimento em 1968-1973.” (VELOSO et al, 2008)

2.2. O Período do Milagre

Em 1967 há a troca de presidentes. Sai Castello Branco e entra Costa e Silva, que coloca como seu Ministro da Fazenda, Delfim Netto, que permanece até 1974, já no governo Médici.

O primeiro ano do milagre, 1968, já se mostra positivo para o crescimento do país. O PIB desse ano foi de 9,8%, seguido por 9,5% em 1969, 10,4% em 1970, 11,3% em 1971, 12,1% em 1972, e 14% em 1973. O crescimento médio do período ficou por volta dos 11% ao ano, um crescimento de dois dígitos, algo impressionante. (MACHADO, 2010)

Houve crescimento no setor industrial, sendo um dos mais dinâmicos, que cresceu a taxa média de 13,3% ao ano, sendo o crescimento no ano de 1973 de 16,6%. O setor industrial foi impulsionado em sua parte pelo crescimento no âmbito de bens duráveis, tais como eletrodomésticos, que cresceu 23,6% ao ano, em média. (MACHADO, 2010)

O crescimento de bens duráveis do período ocorreu graças ao crédito facilitado aos consumidores e a grande concentração de renda. O setor de construção civil também cresceu expressivamente, a taxas médias de 15% ao ano, beneficiado pelo Sistema de Habitação Nacional que destinou e facilitou o acesso de recursos ao setor. (MACHADO, 2010)

O setor primário cresceu em média 4,5% ao ano, uma taxa superior ao crescimento da população, que foi de 3% ao ano, e se beneficiou de políticas governamentais de crédito e aumento dos preços no mercado internacional. (MACHADO, 2010)

Graças às políticas do PAEG de estímulo ao investimento, a participação governamental nos investimentos reduziu, enquanto houve aumento da participação privada, que saltou de 55,2% para quase 60% no período. Um aumento significativo na participação de empresas privadas no cenário nacional. (MACHADO, 2010)

"O fato de o período 1968/73 ter sido excepcionalmente favorável para o setor externo da economia brasileira, e que o crescimento real a 10%, a inflação sob relativo controle e o balanço de pagamentos superavitário provavelmente não poderiam ter sido obtidos não fora a maior articulação da economia brasileira com os mercados internacionais de capitais e bens e serviços, não deve obscurecer um fato fundamental: os benefícios dessa integração talvez tenham aparecido antes de alguns de seus custos; na verdade haviam também fatores endógenos de caráter cíclico operando para gerar os desequilíbrios atuais, expressos em inflação e variáveis indesejadas nas reservas internacionais." (BONELLI e MALAN, 1976, p. 401).

2.3. Os Índícios de um Fracasso

Em 1970, verificou-se o esgotamento da capacidade ociosa do maquinário, ou seja, a expansão econômica brasileira dependia da importação de maquinário para expansão do complexo industrial, e com isso o país precisaria aumentar as exportações ou recorrer a empréstimos no exterior. (MACHADO, 2010)

O Brasil aumentou suas exportações, mas também recorreu ao endividamento externo. Esse se deu de forma irresponsável, pois era uma alternativa fácil para continuar financiando o crescimento econômico nacional. Além disso, esse endividamento foi visto como desnecessário, dado que a balança comercial do país até então estava equilibrada. (BELLINGIERI, 2011)

Ao final do período, com o fim da gestão de Delfim Netto no Ministério da Fazenda, em 1974, já era possível visualizar os problemas que esse crescimento, que parecia milagroso, havia deixado.

A dívida externa triplicou; houve fusões de empresas que levaram a conglomerados e conseqüentemente concentração de capital; o Banco Central promoveu recuperações a bancos em iminentes riscos de falências, o que estimulava o esquemas de fraudes e especulações de alto risco de maneira descautelosa; estímulo a poupança através de isenção de impostos a quem poupasse, levando a um caráter regressivo e injusto do sistema tributário. Ou seja, não houve no período uma política de planejamento a longo prazo. (BELLINGIERI, 2011)

O país, apesar de ter aumentado sua capacidade produtiva de bens duráveis, ainda dependia de insumos importados em suas indústrias, e foi a partir dezembro de 1973, com o primeiro choque do petróleo, que a balança de pagamentos começou a sofrer seus primeiros impactos e registrar déficits significativos. A crise fez com que o preço do combustível fóssil subisse de US\$3,29 para US\$11,58 o barril em um mês. (COSTA, 2011)

O petróleo, por ser um insumo de difícil substituição no curto prazo, e de grande importância no âmbito nacional e internacional, que representava 80% das importações brasileiras na época, teve que continuar sendo importado e contribuindo para o déficit na balança de pagamentos. (COSTA, 2011)

Dado que o choque foi no âmbito nacional e internacional, houve desvalorização nas exportações brasileiras, e o equilíbrio da balança comercial passou a depender de mais empréstimos no exterior, visto que as exportações por si só não seriam capazes de sustentar esse equilíbrio. (COSTA, 2011)

2.4 O II PND

Com o intuito de solucionar o problema de déficit na balança orçamentária, no governo de Ernesto Geisel, em 1974, é colocado em prática o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que tinha por objetivo continuar com o crescimento econômico dos anos anteriores, reduzir a inflação, além também de equilibrar a balança de pagamentos.

O plano pretendia fazer isso através da industrialização em substituição de importações (ISI) no setor de bens de capital e insumos básicos, aumentar a produção interna de petróleo e geração de energia hidrelétrica, e passar a exportar novos tipos de matérias-primas em maior escala, como celulose, alumínio e ferro. Para a realização desse projeto, recorreram a empréstimos no exterior, o que aumentou mais a dívida externa nacional. (COSTA, 2011)

O II PND, no que tange ao crescimento do PIB, teve êxito. O crescimento médio anual foi 7% enquanto esteve vigente o plano - de 1974 a 1979 - assim como também houve aumento das exportações na participação total do PIB, crescendo de 7,5% em 1974 para 8,4% em 1980. (CARNEIRO, 1990) Entretanto, no que tange às consequências desse crescimento, os anos 1980 se iniciaram com uma forte inflação, uma dívida externa elevada e o país em uma deteriorada posição financeira. (HERMANN, 2005)

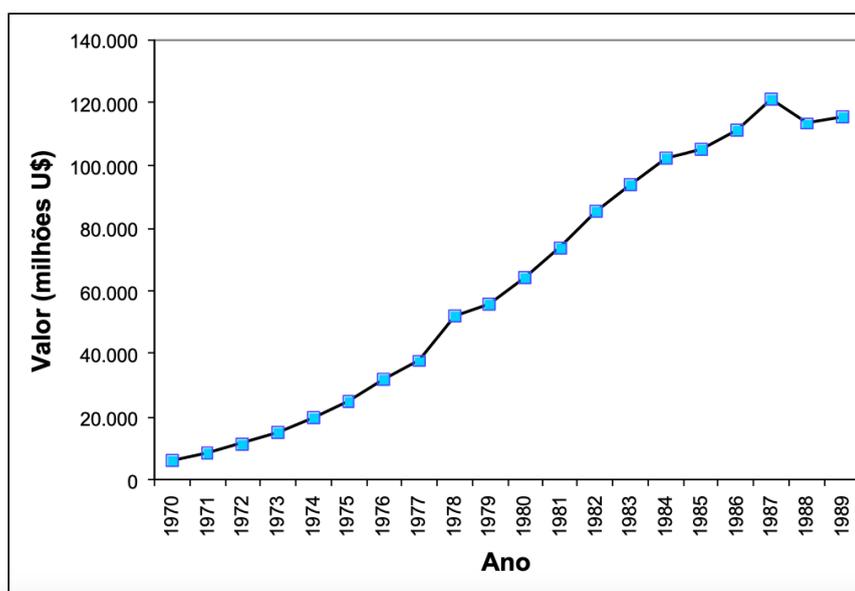
Em 1979, ocorre o segundo choque do petróleo, o que afeta as economias mundialmente, causando uma elevação da taxa de juros. O Brasil, que havia contraído suas dívidas no exterior com juros flutuantes, é afetado diretamente pelo aumento do preço do petróleo. Tentando controlar a balança comercial, houve uma maxidesvalorização de 30% na moeda nacional, com objetivo de tornar o produto brasileiro mais barato e estimular as exportações. Essa política levou a uma considerável entrada de capitais estrangeiros no país. O aumento de circulação repentino de capital na economia, sem o aumento da produtividade, foi o responsável pela elevação da inflação de 55% a 110% ao ano. (PACHECO, 2019)

3. Dos Anos 1980 a 1990: a Inflação e a Recessão

Já no início da década de 1980, os resultados das políticas econômicas dos 15 anos anteriores começam a aparecer. O FMI começa a cobrar os devedores de alto risco, tais quais o Brasil. (PACHECO, 2019)

A moratória mexicana, em 1982, fez com que o Brasil elevasse sua dívida externa, pois os países que ajudavam as nações latino-americanas a quitarem suas dívidas pararam de ajudá-los após a declaração de calote do México. Isso levou o Brasil a um novo empréstimo ao FMI em 1982. (ÁVILA, 2007)

Imagem 1: Dívida Externa do Brasil no período 1970-1989 (milhões de dólares)



Fonte: AVILA, 2007

O país então recorre, novamente, à maxidesvalorização de sua moeda em 1983, e ao mesmo tempo, promovendo subsídio à exportação, o que levou a uma grande entrada de capitais no país, que novamente promoveram uma hiperinflação. A Inflação que era de dois dígitos, passou a três dígitos ao ano. (PACHECO, 2019)

“Como era de se esperar, obtive o mesmo resultado: a inflação mais que dobrou, de 99,7% foi para 211,0%. Isso ocorreu porque a dívida externa do setor público cresceu graças a essa desvalorização. Então, para cumprir

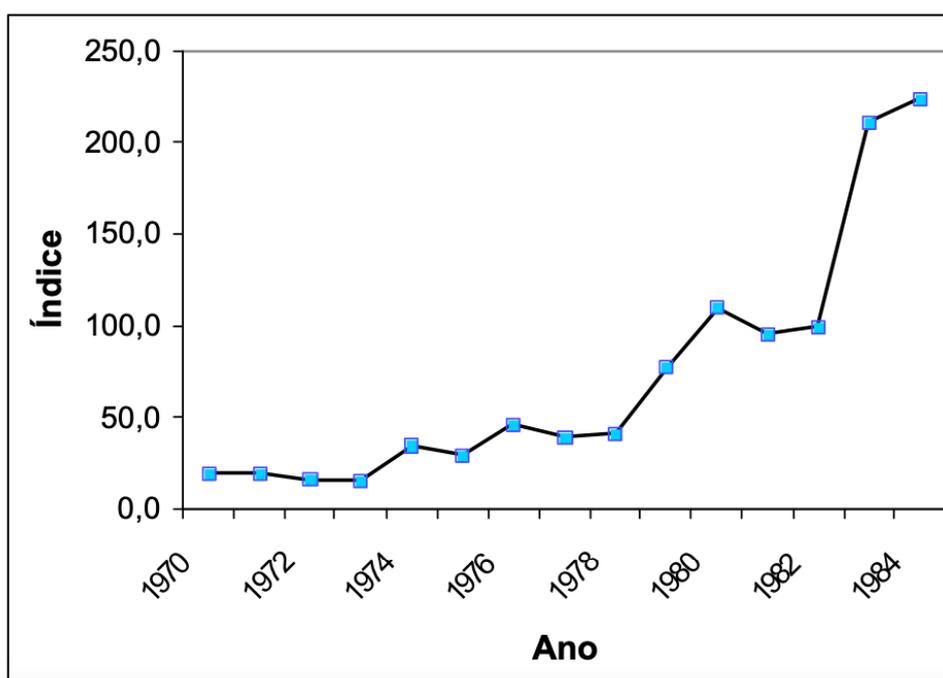
com suas obrigações, o governo recorreu ao financiamento interno, emitindo títulos públicos com juros e liquidez altíssimos.” (PACHECO, 2019)

Os superávits decorrentes da maxidesvalorização foram responsáveis pelo desequilíbrio interno nacional, pois a entrada de capitais se dava no setor privado, e a dívida externa pertencia ao governo. Ou seja, o país para quitar suas dívidas tinha que transformar o saldo de dólares em cruzeiros, e assim fizeram através de emissão de títulos públicos ou expansão monetária.(OMETTO; FURTUOSO; SILVA, 1995)

Essas medidas causaram a inflação no que tange expansão monetária, e aumento da dívida interna relacionado a emissão de títulos da dívida. Além disso, a população passou a ter menores expectativas sobre a capacidade de pagamento dos títulos públicos por parte do governo, e com isso a liquidez e a taxa de juros desses títulos tiveram que ser aumentadas. (OMETTO; FURTUOSO; SILVA, 1995)

“A elevação das taxas de juros, além de resultar no agravamento das contas públicas, provocaria ainda a aceleração das taxas de inflação através de dois mecanismos: pelo seu impacto *direto* sobre os custos (com o custo financeiro passando a representar parcela crescente do custo total das mercadorias) e pelo seu impacto *indireto*, via elevação dos custos fixos unitários ocasionada pelos seus efeitos recessivos.” (OMETTO; FURTUOSO; SILVA, 1995)

Imagem 2: Inflação do Brasil no período 1970-1984 (percentuais anuais)



3.1. As Medidas de Controle à Hiperinflação

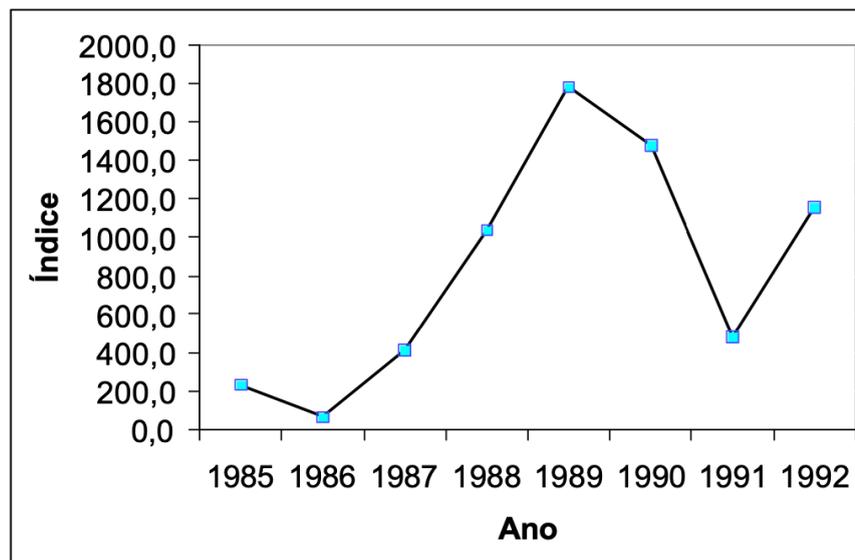
Em face da hiperinflação no país, medidas passam a ser tomadas. Em 1986, tendo José Sarney como Presidente e Dilson Funaro como Ministro da Fazenda, foi aprovado no Congresso Nacional o Plano Cruzado. O plano tinha por objetivo controlar a hiperinflação através do congelamento de preços, tabelando os valores que poderiam ser cobrados por eles. Alimentos, produtos de limpeza, combustíveis, salários e até mesmo serviços tiveram seus valores congelados. Em um primeiro momento o plano foi positivo e trouxe resultados fantásticos, reduzindo a inflação a quase zero em poucos meses. (PACHECO, 2019)

Contudo, com o passar do tempo, sustentar o congelamento dos preços foi muito difícil e os produtos começaram a ficar escassos. Os produtos começaram a ser vendidos paralelamente sem respeitar o valor da tabela. O Plano Cruzado também previa uma alteração da moeda¹. A então unidade cruzeiro foi substituída pelo cruzado. (PACHECO, 2019)

Diante desses problemas, somados a um período de taxa de juros baixíssimas que chegavam a ser negativas, havia um desincentivo à poupança e estímulo ao consumo, e o câmbio fixo fez com que houvesse uma perda considerável nas reservas de moeda estrangeiras. (AVERBUG, 2005)

Imagem 3: Inflação do Brasil no período 1985-1992 (percentuais anuais)

¹ Trocar moedas durante períodos inflacionários tem como objetivo tirar a imagem de inflação que aquela moeda traz, ou seja, é uma questão psicológica para evitar a inflação inercial.



Fonte: Avila 2007

Ou seja, o Plano Cruzado não teve sucesso e com isso outro projeto econômico surgiu: o Plano Bresser (junho de 1987). Levou esse nome por conta de seu principal idealizador, Luiz Carlos Bresser, Ministro da Fazenda do ainda Presidente José Sarney. O plano previa um congelamento dos preços, porém por um período menor, de apenas 90 dias. Houve reajuste de impostos e tarifas, eliminou-se subsídios de alguns produtos, como trigo e ao crédito agrícola, garantia de taxa de juros acima da inflação, e foi criada a URP (Unidade de Referência de Preços), que tinha por objetivo reajustar os salários. (PACHECO, 2019)

O plano econômico foi capaz de reduzir a inflação no primeiro momento. Antes de sua implementação, no primeiro semestre de 1987, a inflação acumulada era de mais de 180%, e no segundo semestre foi reduzida a 62%, entretanto continuava alta. O Plano não durou muito, no fim do ano de 1987 o Ministro Bresser pede demissão do cargo, e entra Maílson Nóbrega em seu lugar. (PACHECO, 2019)

O novo Ministro, em mais uma empreendida do governo Sarney, tenta combater a hiperinflação. Então, em janeiro de 1989, surge o Plano Verão. O congelamento dos preços foi novamente adotado, assim como a fixação da taxa de câmbio, por tempo indeterminado. Os salários passaram a ser indexados a partir da média dos últimos 12 meses somados à variação da URP (instituída no plano Bresser). Foi criada uma nova moeda, o Cruzado Novo, que em seu início teve

paridade com o dólar. A correção monetária deixou de utilizar a OTN (Obrigação do Tesouro Nacional), o que gerou um desajuste negativo na poupança, com perdas chegando a atingir 20%. (FIGUEIREDO, 2009)

O sucesso do plano não foi duradouro, a inflação ficou abaixo dos 7% nos meses de fevereiro e março, mas em maio, o mercado paralelo de dólares vendia a moeda com 200% ágio, e a inflação já era um fato a se enfrentar. Já no final de seu mandato, Sarney percebe que não há mais como controlar a inflação no seu governo, e deixa o problema para seu sucessor, Collor. (FIGUEIREDO, 2009)

Com a posse de Collor e a entrada de Zélia de Mello no Ministério da Fazenda, e diante de uma inflação ainda elevadíssima que o governo antecessor não havia conseguido controlar, é implementado o Plano Collor I. O plano tinha diversas medidas. Novamente a moeda foi substituída e passou a ser chamada de Cruzeiro. Foi criado um novo imposto, o IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), novamente há um congelamento dos preços e salários, extinção de incentivos, tais quais a exportação, importação, agricultura, dentre outros. E foi nesse plano que houve a polêmica do congelamento das poupanças e dos depósitos *overnight* por 18 meses, sendo corrigidos pela inflação mais 6% ao ano. (CARVALHO, 2003)

O plano teve seu início em março de 1990, e nos primeiros meses não teve sucesso, a inflação continuou alta, e apenas em janeiro de 1991 que a inflação ficou em torno de 20% ao mês. O congelamento dos preços causou uma forte redução na produção industrial. (CARVALHO, 2003)

O fracasso do Plano Collor deu-se nas brechas no sistema monetário. A proposta permitia que os impostos e as contas do governo anteriores ao congelamento poderiam ser pagas com a moeda antiga, o Cruzado, o que causou uma brecha na liquidez. Além disso, foi permitido que idosos e pessoas que tinham determinadas doenças, pudessem retirar os valores que estavam congelados por 18 meses, somados aos gastos altos do governo. (CARVALHO, 2203)

O segundo plano do governo Collor, conhecido como Plano Collor II, começou em janeiro de 1991. Ele trouxe novamente a tentativa de levar a inflação a taxas plausíveis. Houve então um reajuste no preço dos aluguéis, combustíveis e serviços públicos. Reestruturou o *overnight* e elevou o IOF, e começaram a reduzir a alíquota de importação. (CARVALHO, 2003)

As políticas do plano controlaram a inflação até maio, mas em seguida ela voltou a subir. A Ministra Zélia sai do cargo, e assume outro Ministro, Marcílio Moreira. No mesmo ano, o presidente Collor sofre um processo de impeachment, e assume Itamar Franco. (FARO, 2018)

No governo Itamar Franco que o país conta com o bem sucedido Plano Real. Foi implementado em fevereiro de 1994, e teve como sua principal medida a URV (Unidade Real de Valor), que tratava-se de uma unidade a qual seria utilizada para conversão dos preços e com isso desindexar a economia. Essa unidade foi, de maneira bem sucedida, uma forma de acabar com a inflação inercial. Outra medida muito importante foi a troca da moeda para o Real, essa moeda, com a ajuda da URV, evitou que houvesse contaminação da inflação inercial da moeda anterior na nova. Para solucionar o problema da inflação, houve também uma redução dos gastos públicos e consequentemente redução da dívida. A abertura econômica promovida foi muito importante pois permitiu a importação e a prestação de serviços internacionais, assim como o aumento da taxa de juros que incentivou a poupança e o investimento. (FARO, 2018)

O país com essas políticas econômicas teve sucesso no controle da inflação que voltou aos patamares de apenas um dígito. Foi expressivo e notório a diminuição da inflação, que no primeiro semestre de 1994 chegou a quase 50%, e no fim do ano já era de menos de 5%. (PACHECO, 2019)

4. A Estagnação Brasileira e o Mundo

O Plano Real conseguiu com sucesso controlar o problema da inflação, porém o país nunca mais atingiu os índices de crescimento do período do milagre

econômico. Crescimento anual de mais de dois dígitos ficou no século XX, e isso não necessariamente está associado exclusivamente a más gestões governamentais.

O Brasil, conforme visto, pode ter caído na Armadilha da Renda Média. Após o período de crescimento do país entre 1968 e 1973, ficou muito difícil manter o ritmo. É fácil desenvolver um país que tem uma indústria nova, com baixa produtividade, e pouca tecnologia. O problema se encontra na dificuldade de manter esse crescimento com o tempo, pois fica cada vez mais custoso inovar, dado que a tecnologia necessária para causar um impacto na produção é mais cara.

Nos anos do Milagre Econômico, qualquer incentivo, mesmo que ínfimo, causava um impacto na produção muito grande, visto que a produção era baixa, até então. Mas conforme a produção aumentou, a dificuldade em manter-se crescendo também aumentou. Somando a isso dívidas externas e inflação, ficou muito difícil atingir taxas de crescimento mais altas.

O Brasil então continuou com características de países em desenvolvimento. Uma exportação baseada em bens primários, com abundância de recursos naturais, porém com dificuldade de entrar em atividades baseadas em conhecimento e alto valor agregado.

O Brasil anterior aos anos 1968 tinha uma população mais rural. Com o processo de industrialização do Milagre Econômico, a demanda por trabalhadores nas cidades aumentou, o que causou um intenso êxodo rural. A oferta de mão de obra era alta no período, mas com o passar do tempo, essa mão de obra foi ficando cada vez mais escassa e os salários mais competitivos, influenciando diretamente na estagnação do processo de crescimento nacional.

O Brasil ainda encontra-se em uma realidade agro-exportadora, ou seja, seus bens exportados são no geral primários, encaixando-se perfeitamente na realidade de países exportadores de bens de baixo valor agregado. Esses bens não possuem elasticidade-renda comparável com bens industrializados, o que faz com que seja muito difícil aumentar as exportações, dado que mesmo que a renda de um

país estrangeiro aumente, seu consumo por grãos, por exemplo, não irá aumentar na mesma proporção. Ao passo que bens industrializados têm alta elasticidade renda e alto valor agregado, e com isso seu consumo é impactado positivamente conforme há o aumento da renda da população mundial.

O termo Doença Holandesa pode muito bem ser encaixado no contexto do desenvolvimento brasileiro. Esse termo econômico relaciona o declínio da produção industrial com a exportação de recursos naturais. Segundo ele, a existência de recursos naturais abundantes em um país tenderia a atrapalhar, de certa forma, o seu desenvolvimento econômico. Isso ocorre porque o país passaria a se concentrar excessivamente em produzir tais bens, barrando a industrialização ou promovendo a desindustrialização — afetando assim a diversificação da atividade econômica no local.

4.1. O Sucesso Asiático

Algumas nações, como Cingapura, Israel e Coreia do Sul, conseguiram se tornar nações desenvolvidas, tendo se industrializado em um período semelhante ao do Brasil.

Os Tigres Asiáticos, termo que se usa para referir-se a Hong Kong, Cingapura, Coreia do Sul e Taiwan, na década de 1970, alcançaram um acelerado desenvolvimento industrial e econômico. Isso se deu graças a localização e políticas desenvolvimentistas agressivas desses países. Neles, implantou-se o modelo industrial chamado de Industrialização Orientada para a Exportação (IOE). Esse modelo econômico tem como objetivo exportar sua produção para países desenvolvidos. Por outro lado, não há incentivo interno para o consumo, pois há uma carga tributária elevada. Esse modelo pode ser enxergado como uma contraposição ao modelo ISI que foi implementado no Brasil no mesmo período.

Os Tigres Asiáticos também contavam com um grande exército de reserva. Essa abundância de mão de obra favorecia os empresários, que podiam oferecer salários mais baixos. Além disso, eram países com poucas leis trabalhistas, o que permitiu uma exploração da mão de obra maior. Em contrapartida, o Brasil já

possuía leis trabalhistas que protegiam e garantiam direitos aos trabalhadores, evitando a exploração.

4.2. As Grandes Nações

4.2.1. A China

Comparar esses países com o Brasil é um tanto quanto injusto. O Brasil é um país de dimensões continentais e com uma grande população. Dimensões essas que fazem com que o país lide com questões sociais e econômicas mais complexas, proporcionais ao seu tamanho físico e populacional.

Ao mesmo tempo, ficamos face a nações como a China. Com uma população que passa de 1,5 bilhão de pessoas, e dentre os 5 maiores países em território, hoje destaca-se como uma das maiores economias do mundo. Esse país manteve ao longo dos últimos 30 anos um crescimento que transformou o país em uma potência com influência mundial, principalmente no que tange a economia.

Entretanto, em 2019, o país teve seu menor crescimento quando comparado aos 30 anos anteriores, o que revela uma desaceleração em seu crescimento. A China, por ter uma população muito grande e que ainda cresce, pode ter retardado seu processo de queda na armadilha da renda média, mas não se pode descartar a possibilidade de que ela ainda a atinja.

Amartya Sen (2010) diz em sua obra que não há desenvolvimento sem que haja liberdade, e que nunca nenhuma nação no mundo que assegure os direitos de liberdade de sua população tenha passado por situações de fome coletiva. Ou seja, para ele, a chave do crescimento econômico é a liberdade individual.

Entretanto, a China vive sob um regime político unipartidarista, o qual o governo controla muitas esferas econômicas e sociais, e priva os direitos individuais de seus cidadãos. O sucesso chinês se deu por conta de políticas que planejaram com antecedência os projetos necessários para o crescimento do país, mantendo o equilíbrio entre a esfera pública e privada. (Ninio, 2021)

“Apesar de o Estado ainda controlar totalmente setores considerados estratégicos, como o bancário, para muitos economistas, porém, a chave do milagre chinês está no setor privado, cuja contribuição costuma ser descrita na fórmula 60/70/80/90: ele contribui com 60% do PIB, 70% da inovação, 80% da mão de obra urbana e 90% dos novos empregos.

— O crescimento tão rápido da China não se deu graças ao governo, mas apesar dele. Há uma notável energia empreendedora no país, que é o motor do crescimento.” (Ninio, 2021)

Mesmo que o país tenha combatido a pobreza extrema, continua sendo um dos países mais desiguais do mundo. Dados apontam que 10% dos mais ricos do país detêm 70% de todas as riquezas, enquanto em 1995 esse mesmo percentual populacional detinha apenas 40%. (Ninio, 2021)

Em face de uma desaceleração do crescimento econômico, o governo Chinês começou a tomar medidas para reverter essa situação. Houve um estímulo ao consumo interno, em substituição às exportações e aos investimentos, para assegurar o crescimento. (Ninio, 2021)

“Repaginada sob o comando de Xi Jinping, a estratégia ganhou o nome de ‘dupla circulação’, em que o consumo interno e as vendas ao exterior se complementam. O fortalecimento interno também é movido pela busca de autossuficiência tecnológica, como forma de proteção diante de um ambiente internacional mais hostil.” (Ninio, 2021)

Escapar da armadilha da renda média e atingir um desenvolvimento econômico de nação desenvolvida é um objetivo da China. Entretanto, da maneira como o país segue, diante de um possível esgotamento de potencial de produção, algumas atitudes precisam ser revistas. Segundo Ninio (2021), “a continuação do crescimento econômico da China, sua capacidade de inovar e construir produtos com valor agregado, iriam requerer uma liberalização do sistema político”. Seu posicionamento muito se enquadra com o que Sen (2010) escreve em sua obra sobre a necessidade da liberdade para garantir o desenvolvimento econômico.

“Sim, o regime de Xi Jinping parece muito confiante em seu “modelo de governança”, mas o crescimento econômico robusto está decaindo e tende a continuar nesse viés. Eu continuo a acreditar que a China não atingirá o seu pleno potencial sem uma substancial liberalização do sistema político.” (Ninio, 2021)

4.2.2. A Índia

Não limitando a comparação apenas com a China, tem-se também a Índia. Um país com grande extensão territorial e que nos últimos 30 anos vem tomando políticas em prol da prosperidade e desenvolvimento do país.

Depois de sua independência econômica frente a Inglaterra, em 1947, até sua maior abertura com o mundo, em 1991, a Índia crescia a taxa média de 3% ao ano. Durante esse período, assim como o Brasil, a Índia privilegiou a ISI, além disso, houve também a estatização de bancos e empresas e também a imposição de impôs altas tarifas e barreiras burocráticas para dificultar as importações com o objetivo de estimular a indústria nacional. (DETHER; KUMAR; SERRANO, 2018)

Foi a partir de 1991, com a entrada de um novo governo na Índia, que o país começou a crescer. Aboliram certas burocracias que dificultavam a expansão de empresas, assegurando maior liberdade ao setor privado. Houve também a venda de empresas estatais deficitárias e reestruturação de empresas públicas. Entre 1991 e 2000 o país cresceu em média 5,7% ao ano, e em seguida, de 2000 a 2014 cresceu 7,1% ao ano em média. (DETHER; KUMAR; SERRANO, 2018)

Para garantir esse crescimento, a Índia manteve uma alta taxa de investimento do PIB, chegando a mais de 40% do produto do país. Com a maior liberalização e abertura do país, empresas estrangeiras, como bancos, redes de fast food e marcas de moda entraram no país aquecendo a economia. O país também contou com um setor de tecnologia para exportação qualificado. (DETHER; KUMAR; SERRANO, 2018)

“Mas a maior transformação se deu no setor de tecnologia da informação. Com um grande número de programadores fluentes em inglês e formados nos institutos de tecnologia indianos — um grupo de 23 universidades de engenharia —, a Índia se estabeleceu como um grande polo exportador de software. O segmento é um dos grandes responsáveis pela alta participação do comércio exterior na economia.” (DETHER; KUMAR; SERRANO, 2018)

Com isso, percebe-se que a Índia cresceu bastante com sua liberalização, mas assim como a China, o país conta com uma população de mais de 1 bilhão de pessoas, sendo 22% delas em condição de extrema pobreza. Portanto, o país ainda encontra-se em uma fase de crescimento o qual consegue se desenvolver pois tem muita mão de obra disponível, margem para barganha de salários e mercado consumidor em expansão. Entretanto, com o passar do tempo, ficará cada vez mais difícil manter esse ritmo de crescimento dado a redução de novas possibilidades, assim como o Brasil após o seu milagre econômico. Sendo assim, antes de atingir patamares de países desenvolvidos a Índia pode cair na armadilha da renda média.

5. Conclusão

Com isso, percebemos que crescimentos econômicos altos seguidos de desacelerações são comuns e podem atingir economias por todo o globo. A solução aparente para que um país saia da Armadilha da Renda Média e se torne uma economia desenvolvida está na inovação, capacitação e educação. A inovação é capaz de tornar um país competitivo através de seus produtos diferenciados em relação aos demais. Para que ela ocorra, é necessário que exista uma educação de qualidade, com profissionais capazes de desenvolverem novas tecnologias. Tecnologias essas que precisarão de profissionais capacitados e treinados a lidarem com ela, tornando o país produtivo em bens e serviços de alto valor agregado.

Entretanto, financiar esse tipo de investimento não é fácil, e torna-se cada vez mais difícil conforme o país se encontra mais desenvolvido, o que acaba por inviabilizar o contínuo crescimento das nações. Portanto, não existe uma fórmula capaz de promover e garantir o crescimento de todas as nações, isso faz com que cada uma tenha que buscar desenvolver-se conforme sua realidade, suas dotações e suas especialidades.

O desenvolvimento econômico brasileiro vem crescendo a passos curtos desde o início dos anos 1980. A tradicional década perdida de 1980 não é mais a única com esse nome para o Brasil. A década compreendida entre 2011 e 2020 teve o pior desempenho em termos de crescimento dos últimos 120 anos. Nesse período o Brasil contou com recessões as quais desaceleraram a economia e culminaram em baixo crescimento do PIB - vide o ano de 2014 e de 2016. (ROUBICEK, 2021)

Não há consenso sobre como o Brasil irá recuperar seu crescimento econômico. Há quem diga que para que isso ocorra é necessário reformas tributárias com redução de impostos para a indústria, outros dizem que a falta de demanda que desaquece a economia será acelerada através do investimento; Há também quem diga que precisa-se abrir a economia brasileira para o mundo e acabar com a política de proteção à indústria externa, pois essa proteção atrapalha a chegada de novas tecnologias e a competição no mercado internacional. (JANKAVSKI et al., 2020)

Apesar de não haver consenso de quais atitudes devem ser tomadas para que o Brasil volte a crescer, há um certo consenso de que o cenário externo impactou muito o cenário doméstico. A desaceleração chinesa, maior parceira comercial do Brasil, impactou no preço das commodities, o que afetou diretamente o país, um grande exportador de bens primários. (COSTAS, 2014)

A polarização política da última década também foi responsável por um relevante impacto na economia. Havia um pessimismo acerca do Brasil, que dificultava o investimento estrangeiro no país. A condução da política nacional desacertada, que culminou inclusive em um impeachment presidencial, fez com que houvesse incertezas na condução das políticas desenvolvimentistas do país, e com isso, baixa confiança para investimento. (COSTAS, 2014)

Atualmente o país sonha com um crescimento entre 5% e 6%, enquanto já houve um crescimento de dois dígitos. A partir disso pode-se dizer que há uma compreensão de que crescimentos de mais de 10% ao ano ocorrem em condições específicas, as quais não serão atingidas em um curto prazo, ou se sequer serão atingidas novamente algum dia.

Portanto, percebe-se que houve um problema estrutural que não visou o longo prazo, culminando em um “desaquecimento” do crescimento brasileiro. A indústria brasileira pouco competitiva, taxa de juros baixas que desestimulam a poupança, e um câmbio desvalorizado incapaz de proporcionalmente aumentar as exportações -prejudicando importações e sem estimular exportações- são provas de que para que haja a retomada do crescimento brasileiro deve-se haver uma reforma em diversas áreas. Ou seja, não há uma única fórmula capaz de resolver o problema do crescimento brasileiro, mas há a necessidade de modificar as expectativas de seus agentes econômicos.

Referências Bibliográficas:

AVERBUG, Marcello. **Plano Cruzado: Crônica de uma Experiência**. REVISTA DO BNDES, Rio de Janeiro, v. 12, ed. 24, p. 211-240, 1 dez. 2005. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/11943/1/RB%2024%20Plano%20C>

ruzado_Crônica%20de%20uma%20Experiência_P_BD.pdf. Acesso em: 27 jun. 2021.

AVILA, Cristiane. **A CRISE DOS ANOS 80 E A BUSCA DA ESTABILIZAÇÃO – AS EXPERIÊNCIAS DAS ECONOMIAS ARGENTINA E BRASILEIRA**. 2007. Dissertação (Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Integração Latino-Americana) - Universidade Federal de Santa Maria, [S. l.], 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/9750/A%20CRISE%20DOS%20ANOS%2080.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 27 jun. 2021.

BELLINGIERI, Julio. A Economia no Período Militar (1964-1984): **Crescimento com Endividamento**. Revista FAFIBE, [S. l.], mar. 2011. Disponível em: <https://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/hispecielemaonline/sumario/9/16042010171928.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2021.

BONELLI, Regis e MALAN, Pedro (1976). **"Os Limites do Possível: notas sobre balanço de pagamentos e indústria nos anos 70"**. Pesquisa e Planejamento Econômico, v.6, no 2, pp. 353-406. Agosto, 1976.

CARDOSO, Eliana et al. **Desenvolvimento econômico na América Latina: 1950-80**. Revista Brasileira de Economia, [S. l.], ano 3, v. 44, p. 311-335, 1 jul. 1990. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/456>. Acesso em: 20 mar. 2021.

CARNEIRO, Dionísio Dias (1990). Crise e Esperança: 1974-1980. In: **A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica Republicana (1889-1989)**. Marcelo Paiva de Abreu (org.). Rio de Janeiro, Elsevier: 1990.

CARVALHO, Carlos Eduardo. **O fracasso do Plano Collor: erros de execução ou de concepção?**. Economia, Niterói, v. 4, n. 2, p. 283-331, jul/dez. 2003. Disponível em: https://anpec.org.br/revista/vol4/v4n2p283_331.pdf. Acesso em: 27 jun. 2021.

COSTA, Daniela. **A Marcha Forçada Sob a Perspectiva Neoclássica**. 2011. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, [S. l.], 2011.

COSTAS, Ruth. **Por que o Brasil parou de crescer?**. BBC News, [S. l.], 15 set. 2014. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/09/140905_brasil_parou_entenda_ru. Acesso em: 5 ago. 2021.

DETHE, Amol; KUMAR, Abhishek; SERRANO, Filipe. **A Índia acelera o passo e deixa a estagnação para trás**. Revista EXAME, [S. l.], 8 nov. 2018. Disponível em: <https://exame.com/revista-exame/o-gigante-acelera-o-passo/>. Acesso em: 4 ago. 2021.

EASTERLY, William. **O Espetáculo Do Crescimento**. [S. l.]: Ediouro, 2004.

Faro, K. C. (2018). **Estabilidade da moeda no plano real: política compensatória?**. Revista De Estudos Sociais, 19(39), 146-164. <https://doi.org/10.19093/res4963>

FICO, Carlos. **Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 13-28, 29 set. 2004. DOI <https://doi.org/10.1590/S0102-01882004000100003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/NCQ3t3hRjQdmgtJvSjLYMLN/?lang=pt>. Acesso em: 12 jun. 2021.

FIGUEIREDO, Gabriel. **Principais Planos de Estabilização: Uma Comparação com o Plano Real**. 2009. Monografia (Bacharelado em Economia) - Departamento de Economia, PUC - RIO, [S. l.], 2009.

GONÇALVES, Janaína et al. **DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO EM DIFERENTES PERSPECTIVAS: AMÉRICA LATINA E ÁSIA**. Economia e Desenvolvimento, [S. l.], p. 45-84, 20 dez. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/economia/article/view/4878>. Acesso em: 20 mar. 2021.

Hermann, Jennifer (2005). **"Auge e Declínio do Modelo de Crescimento com Endividamento: O II PND e a Crise da Dívida Externa (1974-1984)"**. In: Economia Brasileira Contemporânea. Org: Fabio Giambiagi e André Villela. Rio de Janeiro, Elsevier: 2005.

JANKAVSKI, André; ELIAS, Juliana; LIMA, Luís; PRADO, Matheus; BEZERRA, Paula. **Risco de paralisia: por que a economia brasileira não acelera?**. CNN Brasil, [S. l.], p. 1, 18 mar. 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/2020/03/18/por-que-a-economia-nao-acelera-e-o-que-falta>. Acesso em: 10 ago. 2021.

JONES, Charles. **Introduction to Economic Growth**. [S. l.: s. n.], 1997.

MACHADO, Marcelo. **OS DETERMINANTES DO MILAGRE ECONÔMICO BRASILEIRO: 1968-73**. 2010. Monografia (Bacharelado em Economia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/998/1/MRMachado.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2021.

NINIO, Marcelo. **Com medo da armadilha da renda média, China tenta novo modelo econômico para continuar crescendo**. O GLOBO, [S. l.], 29 jun. 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/com-medo-da-armadilha-da-renda-media-china-tenta-novo-modelo-economico-para-continuar-crescendo-1-25081342>. Acesso em: 3 ago. 2021.

OMETTO, Ana Maria; FURTUOSO, Maria Cristina; SILVA, Marina. **Economia brasileira na década de oitenta e seus reflexos nas condições de vida da população**. Rev. Saúde Pública, São Paulo, v. 29, n. 5, p. 403-414, 10 jul. 1995. DOI <https://doi.org/10.1590/S0034-89101995000500011>. Disponível em: (<https://www.scielo.br/j/rsp/a/XRCdDpSndmxTY5J7wXz6tXn/?lang=pt>). Acesso em: 27 jun. 2021.

PACHECO , Carlos. **O preço da imprudência: Como o Brasil chegou na hiperinflação.** [S. l.], 27 jan. 2019. Disponível em: <https://www.consultingclub.com.br/post/o-preco-da-imprudencia-como-o-brasil-chegou-na-hiperinflacao>. Acesso em: 27 jun. 2021.

REINHARDT, N.; Peres, W. Latin America's new economics model: micro responses and economic restructuring. *World Development*, v. 28, n. 9, p. 1543-1566, 2000.

ROMER, Paul. **The Origins of Endogenous Growth.** *Journal of Economics Perspectives* , [S. l.], p. 3-32, winter - 1994. Disponível em: <https://pubs.aeaweb.org/doi/pdfplus/10.1257/jep.8.1.3>. Acesso em: 1 abr. 2021.

ROUBICEK, Marcelo. **Década perdida: a queda do PIB em 2020 sob perspectiva histórica.** NEXO, [S. l.], p. 1, 3 mar. 2021. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/03/03/Década-perdida-a-queda-do-PIB-em-2020-sob-perspectiva-histórica>. Acesso em: 29 jul. 2021.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade.** [S. l.]: Companhia de Bolso, 2010.

SONAGLIO, Cláudia Maria et al. **A armadilha da renda média: trajetória brasileira e apreciações críticas.** *Revista Debate Econômico* , [S. l.], p. 6-34, 23 jun. 2017. Disponível em: <https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/revistadebateeconomico/issue/view/44>. Acesso em: 6 mar. 2021.

UNGER, Kurt. **O processo de Industrialização Substitutivo de Importações latino-americano (ISI) e seus problemas econômicos derivados.** *Administração de Empresas* , [S. l.], v. 4, jul. 1977. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-75901977000400006>. Acesso em: 20 mar. 2021.

VELOSO, Fernando et al. **Determinantes do "Milagre" Econômico Brasileiro (1968-1973): Uma Análise Empírica.** *Revista Brasileira de Economia* , [S. l.], p. 221-246, abr - jun. 2008.